



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2014

# Drogarias têm dificuldades em manter farmacêuticos

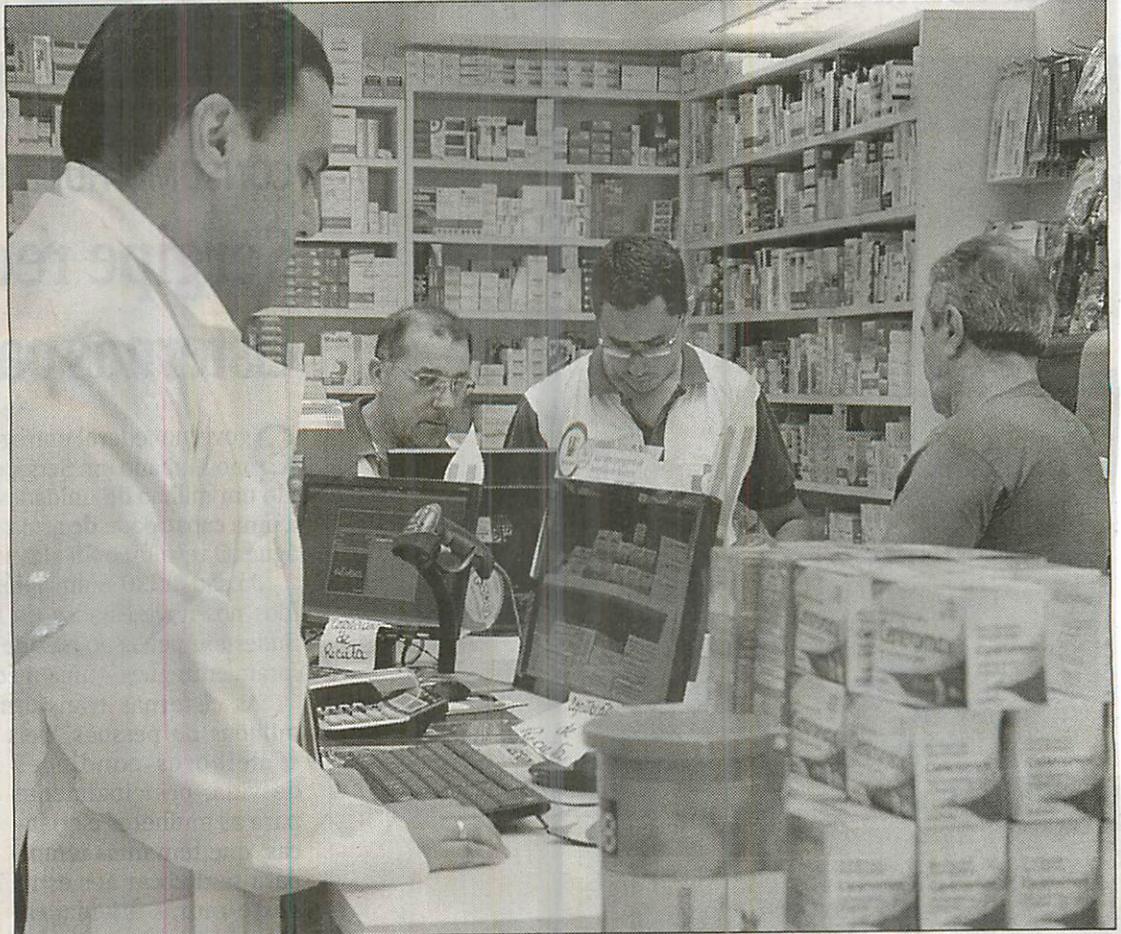
## Lei obriga presença do profissional, mas em Sergipe há um déficit

Jadilson Simões

Greycy Andrade  
DA EQUIPE JC

Foi publicada no dia 11 de agosto, no Diário Oficial da União, a lei 13.021, que torna obrigatória a presença de um profissional farmacêutico em drogarias durante todo o horário de funcionamento. Com a norma, as farmácias deixarão de ser apenas estabelecimentos comerciais e passarão à condição de prestadoras de serviços de assistência à saúde. Há 20 anos a categoria farmacêutica luta por essa garantia. Em contrapartida, em Sergipe há mais estabelecimentos que profissionais da área e por isso a área apresenta déficit de profissionais.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação do Mercado Farmacêutico, existem 740 farmacêuticos e 703 drogarias e farmácias no Estado. Além disso, Sergipe se enquadra ainda entre os dez Estados que mais possuem farmácias que não têm farmacêutico em todos os horários de funcionamento: são 685 farmácias e drogarias com a presença parcial do farmacêutico e 317 com ausência integral.



**SERGIPE tem 685 drogarias com presença parcial do farmacêutico e 317 com ausência integral**

federal que exige a presença do farmacêutico nas farmácias e drogarias pela insuficiência de profissionais para atender a demanda. O presidente do Sicofase, Carlos Batista Dias, explica que antes de entrar com uma ação as farmácias haviam feito um acordo com o Ministério Público e o Conselho Regional de Farmácia para redução do horário do farmacêutico nas farmácias, seria no mínimo oito horas, já que não tinha profissional suficiente.

“A Justiça acatou o pedido depois do estudo que comprovou que somente Aracaju precisa de mais de dois mil farmacêuticos e que por isso as farmácias não podem ser autuadas pela falta do profissional em tempo integral. Ele deu essa concessão favorável aos associados do sindicato, impedindo o conselho de atuar a farmácia que não

tiver farmacêutico no horário integral”.

A nova lei, que entra em vigor em 45 dias, prevê ainda que as drogarias devem ter instalações adequadas sob o aspecto sanitário. Elas deverão ter equipamentos necessários à conservação de imunobiológicos, como vacinas e outros equipamentos exigidos pela vigilância.

Na farmácia em que o farmacêutico Bruni Rabelo trabalha, há a preocupação de se ter um profissional da área em tempo integral. Segundo Bruni, a presença do farmacêutico é de fundamental importância. “O farmacêutico é um profissional altamente qualificado, com conhecimento técnico/científico e habilidades para a promoção da saúde na sociedade. Embora diversos balconistas tenham anos de experiência, os farmacêuticos possuem a base científica que

os atendentes não dispõem”, pontuou Rabelo.

### Medida Provisória 653

A presença obrigatória de um farmacêutico durante todo o horário de funcionamento de farmácias foi exigida pela lei 13.021, de 2014. Agora, uma medida provisória torna a regra menos rígida. O objetivo é dispensar farmácias caracterizadas como micro ou pequenas empresas da obrigatoriedade. Elas ficariam sujeitas à lei 5.991, de 1973, que permite que o responsável pelo local seja um prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro, desde que esteja inscrito no conselho regional da profissão.

A medida provisória vai ser analisada por uma comissão mista. Depois disso, deve ser votada pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

“Já existe uma lei, a 5.991/73, que regulamenta o mercado farmacêutico, nessa lei, fala no responsável técnico, pode ser um técnico em farmácia, porque a lei não fala que precisa ser curso superior, fala de profissional técnico. Agora, essa nova lei sancionada pede que o farmacêutico esteja em tempo integral numa farmácia, mas aqui em Sergipe existem poucos profissionais para o número de estabelecimentos, sem contar a rede pública que precisa dos farmacêuticos”, disse Carlos Batista Dias.

Preocupado com isso, o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos no Estado do Sergipe (Sicofase) entrou no início do ano, com uma ação judicial com a alegação de que não se pode cumprir a lei